

XADREZ: O JOGO DAS IDENTIDADES QUE *MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE* CONTÉM

Jean Wyllys de Matos
UFBA

“Sou um ser em diálogo: tudo em mim combate e se contradiz”
André Gide

Antes de tudo, agradeço a audiência e o privilégio de dividir o espaço com pessoas tão produtivas. Início esta comunicação informando que eu a rebatizei com um título diferente do anunciado. Ela agora se chama *Xadrez: o jogo das identidades que Memória de um sobrevivente contém*, título que me ocorreu pouco depois de ter me inscrito neste que é meu primeiro congresso da Abralic. Peço desculpas a todas pela mudança, mas esse novo título é mais coerente com o que se discute na comunicação.

*

A chacina na Casa de Detenção de São Paulo (unidade do Complexo Penitenciário do Carandiru recentemente desativada) não só acabou com a vida de oficialmente 111 presos no ano de 1992, ocupando, com destaque, o noticiário impresso e eletrônico no Brasil e até em outros países. Entre outros impactos, ela acionou e/ou fez aparecer ao público leitor brasileiro exemplares daquilo que Michel Foucault, em *Vigiar e punir*, chama de “tecnologia loquaz da prisão”¹. Os exemplares aos quais me refiro são os textos mais ou menos diretamente saídos da prisão e redigidos ou por filantropos ou por detentos ou ainda por egressos de estabelecimentos prisionais, cujas publicações, no rastro das revelações, paixões e discussões decorrentes da chacina, vêm fazendo enorme sucesso comercial. A repercussão da chacina fez com que o mercado editorial e o público leitor brasileiros se voltassem para esses textos.

Livros como *Estação Carandiru*, do médico Drauzio Varella, escrito a partir do contato direto com os presos e de suas narrativas orais; *Diário de um detento – o livro*, escrito por Jocenir e que serviu de inspiração ao *rap* de Mano Brown; *Letras de liberdade*, coletânea de narrativas escritas por internos da Casa de Detenção do Carandiru; e *Memórias de um sobrevivente*, do presidiário Luiz Alberto Mendes, não só estão entre os sucessos editoriais do período que vai de

¹Foucault, Michel. *Vigiar e punir*; história da violência nas prisões. 20ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 197.

1999 a 2001 como vêm causando diferentes impactos na indústria cultural. O cineasta Hector Babenco, por exemplo, concluiu um filme cujo roteiro é baseado no livro de Drauzio Varella.

Tal fato – o acionamento e/ou aparição desses exemplares da tecnologia loquaz da prisão – não é inédito na história da mesma (pode ser que o seja na história da prisão no Brasil). É ainda Michel Foucault quem afirma que, de tão ligados à existência da prisão em todo decorrer de sua história, eles, os exemplares, parecem fazer parte do próprio funcionamento dela. Essa afirmação, contudo, não diminui a importância de se examinar, a partir de diferentes pontos-de-vista, os impactos culturais, sociais e políticos a cada vez que esses exemplares da tecnologia loquaz da prisão são acionados e/ou aparecem; ao contrário. Por isso mesmo é que tomo um dos livros citados acima – *Memórias de um sobrevivente* – como objeto de leitura desta comunicação. A escolha é aleatória, mas não deixa de ser relevante a constatação de que esse livro, embora tenha “saído da gaveta” por causa da repercussão da chacina, encerre uma história cujos episódios sejam bem anteriores a ela.

Nesta comunicação procuro examinar como a identidade do presidiário é construída/imaginada em *Memórias de um sobrevivente*; como esta construção/imaginação está ligada à experiência cotidiana com a comunidade de presos e com certas instituições sociais; a que e a quem serve, em termos culturais, políticos, sociais e econômicos, o resultado dessa construção/imaginação; e o que a ela escapa. Em síntese, procuro examinar o jogo de identidades que o livro contém² (nos dois sentidos da palavra) e suas implicações culturais, políticas, sociais e econômicas.

Antes, porém, é importante que eu resuma a história contida em *Memórias de um sobrevivente*. Trata-se de um “perfil” de carreira no “mundo cão”. Luiz Alberto Mendes, o autor, nascido em uma família pobre do bairro Vila Maria de Baixo, na capital paulista, abandona sua casa aos 12 anos de idade para viver a “liberdade” das ruas. Em parte, estimulado pela violência doméstica, perpetrada pelo pai desempregado e alcoólatra que o espancava regularmente, mas também pela mãe quando esta assistia a tudo sem interferir por se considerar impotente. Em parte, atraído pelas luzes e cores e pelos crescentes convites ao consumo de uma São Paulo em meados da década de 60, que já era o embrião da atual megalópole.

Luiz Alberto Mendes narra os furtos que praticou no centro de São Paulo, o consumo de drogas, a inserção em galeras de rua, os atos de vandalismo, as muitas entradas e saídas de

²Essa palavra é empregada assim, na *fronteira* de seus dois sentidos, pelas tradutoras brasileiras de *O local da cultura*, de Homi K. Bhabha, no terceiro capítulo do livro, na página 120.

instituições de “recuperação” de menores, as deambulações pela “boca do lixo”, o ingresso em quadrilhas de assaltantes, assaltos memoráveis, a “evolução” para o crime contra vida e a prisão. No presídio, onde, apesar das fugas, passou toda a juventude e parte da idade adulta, o autor chega à *fronteira* do “mundo cão”. Fronteira enquanto exaustão das possibilidades de práticas criminosas mas também enquanto “ponto a partir do qual algo começa a ser fazer presente”³, como define Martin Heidegger, pois é também em meio à umidade, à insalubridade e ao frio da “cela-forte”⁴ que Luiz Alberto Mendes descobre a literatura de ficção e a filosofia, fato que muda sua vida, que afasta de seu “foco de visão” a idéia que perseguiu desde a infância – “a de ser bandido, malandro” - e que o leva a fazer uma “releitura do mundo”. Luiz Alberto Mendes foi preso aos 19 anos de idade; no momento tem 50 anos e ainda está preso, embora em atividade intelectual, como colunista da revista *Trip*.

Quando me refiro, já no título desta comunicação ensaio, ao *jogo de identidades*, estou levando em conta não só a advertência de Stuart Hall de que o conceito de identidade é muito complexo e pouco desenvolvido para que se formule conclusões ou se faça julgamentos seguros sobre ele, como também estou levando em conta as contribuições teóricas deste e de outros autores acerca do “tipo distinto de mudança estrutural que está transformando as sociedades modernas (...) [e] fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, etnicidade, raça e nacionalidade que nos deram localizações sólidas como indivíduos sociais”⁵.

De acordo com Hall, “no que é por vezes descrito como nosso mundo pós-moderno, nós também somos ‘pós’ no que diz respeito a qualquer concepção fixa ou essencialista de identidade – algo que, desde o Iluminismo, tem sido tomado para definir o próprio núcleo ou essência, e para fundamentar nossa existência como sujeitos humanos ”⁶. O *ser pós* de Hall pode ser articulado com o *estar além* de Homi Bhabha. Segundo este autor, estar além é se encontrar “em

³A definição de Martin Heidegger – “Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual *algo começa a se fazer presente*” – aparece como epígrafe da introdução de *O local da cultura*, de Homi K. Bhabha, na qual este autor articula a fronteira assim interpretada com a sua noção de *além*: “nem um novo horizonte nem abandono do passado, (...) um momento de trânsito”.

⁴Espaço da Penitenciária do Estado - outra das unidades do Complexo Penitenciário do Carandiru – onde são postos de castigos presidiários indisciplinados ou que cometem estupros e homicídios.

⁵Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. p. 9.

⁶Idem, p. 10.

um momento de trânsito em que tempo e espaço se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão”⁷.

Bhabha e Hall concordam que não há identidade original, unificada e estável, mas, sim, “identificações” ou “posições de sujeito”. É nesse sentido que emprego a expressão *jogo de identidades*. O sujeito pós-moderno assume identidades diferentes em momentos diversos. “A identidade tornou-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às maneiras pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente”⁸. Segundo Hall, “se sentimos que temos uma identidade unificada do nascimento até a morte, é somente porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortante narrativa do eu. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”⁹ ou uma *imaginação*.

Ora, é por ser uma “narrativa do eu” que *Memórias de um sobrevivente* parece encerrar uma identidade que *contém* (agora no sentido de coibir) o jogo de identidades. É por escrever conscientemente em nome dos mortos que Luiz Alberto Mendes parece fazer uma família; imaginar uma comunidade; fantasiar uma identidade de presidiário que suprime todas as outras. Reconheço em seu livro, a partir das reflexões de Nietzsche¹⁰ e Michel Foucault¹¹, *a história como literatura* e vice-versa em sua tarefa de criar mitos de origem, começos solenes, ordem em meio ao caos. *Memórias de um sobrevivente* tem uma “moldura histórica”¹² (que já aparece no título do livro, se considerarmos a memória como uma categoria da história, como propõe Roberto Corrêa dos Santos¹³) e, com ela ou a partir dela, procura expressar, com a pungente autoridade de quem fala de *dentro*, o que o autor e seus pares “realmente” são e viveram.

Nas ruas de São Paulo, nas salas de tortura das delegacias ou nas instituições de “recuperação” de menores, Luiz Alberto Mendes experimentou, durante toda sua adolescência, intensas mudanças psicológicas e emocionais e também violências que deixaram *marcas* ou *traços* impressos em seu corpo. De acordo com Benedict Anderson, todas as profundas mudanças

⁷Bhabha, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 19.

⁸Hall, op.cit, p. 13.

⁹Idem, p. 13.

¹⁰Nietzsche, Friedrich. *Considerações extemporâneas*; da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. Xerox. p. 101-201.

_____. *Genealogia da moral*; uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 7-149

¹¹Foucault, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 5-79.

_____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 155-222.

¹²Anderson, Benedict. *Memória e esquecimento*. Xerox. p. 93.

¹³Santos, Roberto Corrêa. *Modos de saber, modos de adoecer*; o Corpo, a Arte, o Estilo, a História, a Vida, o Exterior. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 15-33.

trazem consigo esquecimentos. Segundo ele, de tais esquecimentos, em circunstâncias históricas específicas, originam-se narrativas, ou melhor, “surge uma concepção de personalidade: a *identidade* [grifo do autor] que, por não poder ser ‘lembrada’, deve ser narrada”¹⁴.

Declara o autor de *Memórias de um sobrevivente*: “A intenção do livro não foi ter uma mensagem. Não tenho essa pretensão. Apenas escrevi para ter uma seqüência que permitisse que eu mesmo entendesse o que havia acontecido realmente. Pois, afora poucos momentos em que estive no comando de minha existência, a maior parte de minha vida transcorreu em uma rodaviva, descontrolada e descontínua. Eu queria ordenar momentos e acontecimentos, ações e reações, para ver se entendia um pouco dessa balbúrdia que foi minha existência”¹⁵. Ora, como não perceber nessa declaração um reforço aos argumentos de Hall e Anderson?

*

A identidade de presidiário concebida e narrada por Luiz Alberto Mendes, por um lado, não escapa às maneiras pelas quais os presos, os bandidos e as experiências no “mundo cão” são posicionados e sujeitados nos regimes dominantes de representação (entre os quais, está o chamado “jornalismo de polícia”) e que, segundo Michel Foucault, surgem como efeitos de um exercício de poder e normalização. Interpreto que a identidade narrada em *Memórias de um sobrevivente* não escapa a tais maneiras porque levo em conta que os presos e bandidos são construídos como “diferentes” e “outros”, nos regimes dominantes de representação, não só naquele sentido em que o Oriente é construído pelo Ocidente, descrito por Edward Said¹⁶. A partir das reflexões de Stuart Hall¹⁷, suponho que esses regimes dominantes têm também o poder de fazer com que os presos e bandidos se vejam e experimentem a si mesmos como “outros”.

Minha suposição parte de trechos exemplares do livro de Luiz Alberto Mendes que vou citar agora:

¹⁴ Anderson, op.cit, p. 93.

¹⁵ Mendes, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 476.

¹⁶ Said, Edward W. . *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 11-31. Edward Said examina os diversos discursos europeus que constróem o “Oriente” como uma realidade social que é um “outro” e, ao mesmo tempo, totalmente apreensível e visível. “O que há de marcante nesses discursos são as figuras retóricas que encontramos constantemente em suas descrições (...), os estereótipos (...), as idéias de levar a civilização a povos bárbaros ou primitivos, a noção incomodamente familiar de que se fazia necessário o açoitamento, a morte ou um longo castigo quando ‘eles’ se comportavam mal ou se rebelavam, porque em geral o que ‘eles’ melhor entendiam era a força ou a violência; ‘eles’ não eram como ‘nós’, e por isso deviam ser dominados”.

¹⁷ Hall, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 24, 1996. p. 68-75.

“Era fã incondicional de Elvis Presley, juntamente com minha mãe. Assim como era fã do Bandido da Luz Vermelha, do Bando do Fusca, destaque nos noticiários policiais. Admirava os assaltantes de banco que começavam a surgir em São Paulo. Julgava-os da maior coragem.”¹⁸

“Queria fama também, sair nos jornais ter a polícia sempre em estado de alerta por minha causa. Como punquista, jamais seria respeitado e temido. Preferia ser o terror dos punquistas. Todos os que encontrasse e dos quais não gostasse, iria tomar de assalto. Queria a fama que o Zé tivera.”¹⁹

“Na mesa do porteiro do hotel, vira um jornal, *Notícias populares* [grifo do autor], que trazia a foto do carro que abandonáramos com um pára-brisa arrebentado a bala. Falava do guarda que matáramos. No quarto do Alemão, havia outro exemplar. Comentamos o fato, abestalhados, com o quarto cheio de gente assistindo ao jogo. Parecia haver orgulho em mostrar que aquela era uma façanha nossa. Como se aquilo nos projetasse como mais malandros, no meio criminal.”²⁰

“O Coroa era um dos malandros mais conceituados do pavilhão 8. Recentemente havia saído uma reportagem da revista *Manchete*, antes de ele ser preso, estampando-o como um dos dez mais procurados assaltantes do país. Já cumpria pena na Penitenciária do Estado, e era um homem realmente valente e corajoso em suas ações. (...). Era o pico, o máximo que um ladrão podia atingir em termos de periculosidade e conceituação. Era um herói para mim, um paradigma”²¹

O livro de Luiz Alberto Mendes enquanto narrativa da identidade não só não escapa às maneiras pelas quais os presos, os bandidos e as experiências no “mundo cão” são posicionados e sujeitados nos regimes dominantes de representação, como ele mesmo é (por um lado, volto a ressaltar) uma dessas mesmas maneiras. Principalmente se levar em conta a hipótese de Eneida Leal Cunha de que, se *Memórias de um sobrevivente* e congêneres estão em todas as prateleiras e estiveram em todos os mídias, “é porque de alguma forma correspondem a uma demanda especial de leitores ou de consumidores que (...) não compartilham – pelo menos não compartilham diretamente, enquanto protagonistas -, a experiência narrada”²².

¹⁸ Mendes, op.cit, p. 45.

¹⁹ Idem, p. 314.

²⁰ Idem, p. 365.

²¹ Mendes, op.cit, p. 403.

²² Cunha, Eneida Leal. *Margens e valor cultural*. Comunicação apresentada no colóquio Valores do congresso da ABRALIC em 2001. p. 5.

Nesse sentido, a narrativa de Luiz Alberto Mendes é uma das muitas repetições do estereótipo do presidiário enquanto estratégia discursiva para a construção da alteridade, enquanto “forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre no lugar, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido”²³. Coloca-se, assim, ao lado do jornalismo policial, outra das repetições com o qual dialoga ou *negocia*²⁴. Como lembra Foucault, “o noticiário policial, junto com a literatura de crimes, vem produzindo há mais de um século uma quantidade enorme de ‘histórias de crimes’ nos quais principalmente a delinquência aparece como muito familiar, e ao mesmo tempo, totalmente estranha; uma perpétua ameaça cotidiana, mas extremamente longínqua na sua origem, pelo meio que se move e se mostra”²⁵.

Entretanto, Homi Bhabha chama a atenção para ambivalência do estereótipo enquanto modo de conhecimento e poder. Segundo ele, deveríamos nos deslocar “do imediato reconhecimento das imagens [estereotipadas] como positivas ou negativas para uma compreensão dos *processos de subjetivação* [grifo do autor] tornados possíveis (e plausíveis) através do discurso do estereótipo”. Para Bhabha, só então se torna possível compreender a ambivalência produtiva do objeto do discurso: “aquela alteridade que é ao mesmo tempo um objeto de desejo e escárnio, uma articulação da diferença contida na fantasia da origem e da identidade”²⁶.

A partir dessa ambivalência produtiva do presidiário, objeto do discurso de Luiz Alberto Mendes, penso que seja possível explicar a demanda especial por narrativas de detentos, por parte leitores ou de consumidores que não compartilham diretamente das experiências narradas. O corpo do presidiário “está sempre simultaneamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto na economia do prazer e do desejo como na economia do discurso, da dominação e do poder”²⁷.

Assim, a função estratégica predominante da autobiografia *Memórias de um sobrevivente*, enquanto repetição do estereótipo, é colaborar com “a criação de um espaço para ‘povos sujeitos’ através da produção de conhecimentos em termos dos quais se exerce a vigilância e se estimula

²³ Bhabha, op.cit, p. 105.

²⁴ O termo é utilizado a partir da afirmação de Néstor García Canclini, em *Consumidores e cidadãos*, de que, em vários trabalhos recentes, que buscam redefinir o que é identidade, a análise dos “processos de negociação” constitui um recurso-chave. Segundo ele, diante da crise generalizada das concepções “ontológico-fundamentalistas” da identidade (para qual contribuíram as reflexões de Nietzsche, Marx e Freud), estamos passando ao reconhecimento dos conflitos e das “negociações”.

²⁵ Foucault, op.cit, p. 237-238.

²⁶ Bhabha, op.cit, 106.

²⁷ Idem, p. 107.

uma forma complexa de prazer/desprazer”²⁸. De acordo com Michel Foucault, a importância das “horríveis narrativas de crimes” está ligado à necessidade de “constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinquência, portanto separando nitidamente o grupo de delinquentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos”²⁹. Para Foucault, “a introdução do ‘biográfico’ na história da penalidade” é de crucial importância na constituição do povo como um sujeito moral. “Porque ele [o ‘biográfico’] faz existir o ‘criminoso’ antes do crime e, num raciocínio limite, fora deste”³⁰.

Para o mercado editorial e, logo, para o público-alvo de suas estratégias de marketing, o livro de Luiz Alberto Mendes, apesar do jogo de identidade que *contém* (agora no sentido de ter em si ou dentro de si), delimita uma “nação sujeita”; produz os presos como uma realidade social que é ao mesmo tempo “um outro” e ainda assim inteiramente apreensível e visível. E, assim, enquanto discurso (conhecimento ou saber), contribui para a apropriação, a direção e a dominação das várias esferas da vida dos presidiários por parte do poder hegemônico. Como ressalta Foucault, “o exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder” ou, dito de uma outra forma, “não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder”³¹.

Entretanto, o mesmo Foucault ressalta que o poder não é apenas uma ação dominadora exercida verticalmente sobre os dominados. Segundo ele, é preciso considerar o poder como uma prática descentrada e multideterminada das relações políticas, cujos conflitos e assimetrias são moderados através de compromissos entre os atores colocados em posições desiguais. A partir dessa contribuição teórica, é possível, por outro lado, reconhecer em *Memórias de um sobrevivente*, enquanto discurso, a articulação estratégica de “coordenadas do saber” e sua inscrição no *jogo* do poder como modos de diferenciação, defesa, fixação e hierarquização. É possível reconhecer também nessa narrativa um “potencial crítico-político”³². É possível fazer emergir o jogo de identidades que ela *contém* (ainda no sentido de trazer consigo).

*

²⁸ Idem, p. 111.

²⁹ Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 11ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995. p. 133.

³⁰ _____. *Vigiar e punir*; ; história da violência nas prisões. 20ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 211.

³¹ Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 11ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995. p. 142.

³² Cunha, op.cit, p. 5.

Como descrever o jogo das identidades no interior da identidade narrada? *Memórias de um sobrevivente*, enquanto narrativa da identidade, *recalca* as diferenças dos apenados, expressas não só nos tipos de crimes cometidos mas também na história de vida que os precede. As diferenças, entretanto, persistem e podem ser lidas. Os conflitos internos ao presídio narrados por Luiz Alberto Mendes mostram que as fronteiras da diferença são continuamente reposicionadas em relação a diferentes pontos de referência.

Em *Memórias de um sobrevivente*, ora setores da sociedade dita livre são lançados/percebidos como exteriores à identidade de presidiário narrada por Luiz Alberto Mendes, ora são personagens ou grupos internos ao próprio presídio (o "garoto" ou "mulher de cadeia", o "incendiador", o "cabeça-fresca", o "cagüete") que são percebidos como “outros”. Os trechos seguintes são exemplares desses posicionamentos e reposicionamentos de sujeitos, desses agenciamentos de imaginários, dessas negociações:

“Soube, posteriormente, que o Juninho era garoto do sujeito que o matara. Nem desconfiava disso, mas então pude compreender porque ele tinha maconha. E morreu apenas porque discutira com o sujeito e, quando este lhe bateu, ele revidou. Pela lei da cadeia, ele teria que apanhar e se calar, não possuía moral para poder revidar. Pensei demais sobre o que ele me dissera dias antes. Ele devia sofrer muito na cadeia por ser mulher para um homem, sendo homem: ele não era homossexual”³³.

“No pavilhão 8 havia um malandro, o Toninho Magrelo, que eu conhecia, era até do meu bairro. Além de ser um bandido de cadeia perigoso, era um pederasta inveterado. O malandro de cadeia, geralmente na rua é um pé-de-chinelo. Na cadeia, escuda-se na violência extrema, pois a liberdade não lhe é importante. (...). Eu já notara que esse sujeito me olhava de um modo. Eu já conhecia aquele olhar libidinoso, carregado na maldade e na malícia. Só via em mim um garoto bonito, liso, sem barba na cara ou pêlos nas pernas, por quem se enchera de desejos”³⁴.

Nesses trechos, o homossexualismo aparece num *entre-lugar*, numa fronteira entre a expressão identitária e a alteridade. Um dos trechos mostra que o “bandido de cadeia” é também representado como exterior à identidade narrada.

Posso citar outros exemplos do jogo das identidades no interior da identidade narrada em *Memórias de um sobrevivente*:

³³ Mendes, op.cit, p. 341.

³⁴ Mendes, op.cit, p. 407.

“A polícia (guardas de presídio que, para o preso, exercem a função de polícia na cadeia) vendia os patronatos, salas, oficinas para quem pagasse mais. (...) Os guardas também espancavam e torturavam presos. (...) Batiam de cano de ferro, pau e havia um que só batia de corrente. As vítimas demoravam meses para se recuperar. Quando não ficavam aleijados ou mesmo morriam.”³⁵

“A corrupção nos meios jurídicos era. Estávamos convictos de que só estávamos presos porque não porque não tínhamos capital. E não tínhamos capital porque não roubávamos pelo dinheiro somente. O dinheiro era apenas o veículo de nossa liberdade. Liberdade para vivermos o que estava incutido em nós, desde que nascêramos, como condição para sermos livres”³⁶.

Já nesses trechos, são as instituições da sociedade civil (a polícia e o judiciário) que emergem como alteridade. Há, nesse *posicionamento*, uma inversão: a sociedade que se sente ameaçada pelos criminosos emerge como inimiga de si mesma. Em outros trechos do livro que não vou citar, emergem outras alteridades (os médicos, os técnicos do presídio, a escola pública, a família e a mídia).

Assim ao invés de uma identidade de presidiário como algo concluído, é possível perceber, em *Memórias de um sobrevivente*, a identidade como um processo em andamento. Esses posicionamentos e reposicionamentos das identidades podem ser pensados a partir da noção de *différance* introduzida no debate acadêmico por Jacques Derrida³⁷. Com ele, é possível perceber que o sentido nunca se conclui ou se completa, mas permanece em movimento para incorporar outros. Ou seja, que a significação depende do reposicionamento interminável e que o sentido depende de um posicionamento, uma parada arbitrária, um ponto de interpretação.

Derrida diz que apesar dos esforços, não podemos fixar significados finais, inclusive o significado de nossas identidades. Segundo ele, o significado busca o fechamento, a identidade, mas é constantemente rompido pela *différance*. É por isso que *Memórias de um sobrevivente*, por um lado, contém, no sentido de coibir, o jogo de identidades; e, por outro, contém, no sentido de trazer consigo, o mesmo jogo. É nessa *différance* que está sua força de desconstrução; sua energia

³⁵ Idem, p. 411.

³⁶ Idem, p. 412.

³⁷ Derrida, Jacques. *A escritura e a diferença*. 2ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

potencial capaz de rachar os muros da prisão e revelar, aos leitores, a corrupção de agentes da segurança pública, a prática de terríveis torturas nos porões das cadeias e o narcotráfico como embrião de estado; capaz de levar os leitores para *além* do interesse pelo exótico.